



POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

LARISSA MARANGON MAGATON PINTO; KARINA DE OLIVEIRA FIALHO

RESUMO

Este trabalho reflete sobre a condução da Educação a Distância no Brasil (EaD), partindo da perspectiva de observação da relação das políticas públicas educacionais no processo de implementação, regularização e expansão da modalidade. Para mais, o estudo tem como finalidade explicitar as complexas relações existentes na crescente da modalidade EaD no Brasil, buscando evidenciar que os mais diversos campos compõem sua constituição. Sobre essa premissa, a pesquisa teve como foco compreender como a Educação a Distância no Brasil vem compondo o cenário educacional, de maneira a refletir os limites e possibilidades do recursos tecnológicos como fonte para o ensino e aprendizagem de sujeitos. De tal modo, a pesquisa se desenvolveu por intermédio de uma revisão de literatura como escolha metodológica, utilizando como base fontes primárias e secundárias, e em complemento, como critério de escolha das fontes secundárias foi feito o delineamento cronológico de artigos entre os últimos cinco anos (2018-2024). Assim sendo, fazendo uso desta argumentação, o presente trabalho objetivou analisar se há priorização do aspecto quantitativo sobre o qualitativo, destacando pontos na literatura que discorrem sobre o recorte da Educação a Distância no Brasil e suas ligações com o contexto histórico, econômico, político e social do país. Por fim, com este trabalho concluiu-se que a política econômica influencia o sistema educativo e que é essencial debater os reais impactos da expansão do EaD na democratização do ensino, a fim de perceber quais elementos políticos e ideológicos permeiam na ação das políticas educacionais referentes a modalidade de ensino a distância.

Palavras-chave: Modalidade EaD; Tecnologia; Estratégias educacionais.

1. INTRODUÇÃO

Iniciamos a discussão desse trabalho com uma contextualização sobre o surgimento das Políticas Públicas para Educação a Distância (EaD). Conforme Bastos *et al.* (2024), a EaD foi implementada como uma política pública com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior e ampliar sua abrangência, especialmente em situações emergenciais. Essa modalidade surgiu como uma alternativa para atender regiões onde o ensino presencial enfrentava dificuldades de alcance, seja pela falta de infraestrutura adequada, seja pela escassez de recursos humanos. Nesse contexto, a EaD no Brasil foi inicialmente estruturada por meio de consórcios entre universidades para a oferta de cursos superiores a distância, expandindo-se posteriormente para a formação inicial de professores.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/1996, foram iniciadas diversas iniciativas voltadas ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Essa diretriz reconheceu a tecnologia em toda a sua abrangência. No artigo 32, é destacada a importância da formação tecnológica em todos os níveis como parte da educação dos sujeitos. Já no artigo 80, há a regulamentação da educação a distância em todos os níveis de ensino (Arruda, 2016).

Diante do exposto, é possível compreender que a Educação a Distância (EaD) surge

como uma resposta aos desafios históricos da educação, especialmente no que se refere às desigualdades de acesso ao ensino. Todavia, é fundamental problematizar a forma como essa resposta é estruturada. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar se há uma priorização do aspecto quantitativo em detrimento do qualitativo. A justificativa baseia-se nos argumentos de Arruda (2016) e Bastos et al. (2024), quando afirmam que, em uma sociedade capitalista, a educação passa a ocupar também uma posição de valor político e econômico em nível mundial. Dessa forma, um país cuja base e discurso estejam pautados nos avanços tecnológicos demonstra estar alinhado às expectativas de uma sociedade capitalista. Além disso, a EaD não deixa de ser uma política pública compensatória, sendo uma proposta impulsionada por grupos de interesse e articulada sob um viés técnico, surgindo, assim, como um mecanismo para garantir a reprodução do capital por meio da oferta massiva de cursos de graduação.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente artigo adotou a metodologia de revisão de literatura, utilizando o método indutivo. Esse método parte da análise de dados particulares, cuja constatação é significativa, permitindo a formulação de uma verdade generalizada que não está necessariamente presente no elemento a ser examinado. Assim, a base desse método é a obtenção de conclusões às quais se ampliam as próprias alegações que se baseiam na pesquisa. Logo, primordialmente, analisamos os fenômenos que foram selecionados para a pesquisa, deslocamos assim para a descoberta da relação existente entre os fenômenos analisados. Por fim, buscamos realizar a generalização da relação entre os elementos analisados (Marconi; Lakatos, 2003).

Para a coleta de dados foram utilizados tanto documentos de fonte primária, como o livro do autor Vieira-Pinto intitulado “O conceito de Tecnologia” (2005) e a obra do autor Pierre Lévy “Cibercultura” (2010) quanto fontes secundárias, como artigos acoplados em bases de dados online, tendo como parâmetro cronológico os últimos cinco anos (2018-2024). Os descritores utilizados foram Políticas Públicas, Educação a Distância, Modalidade EaD, Políticas de educação a distância, sendo a escolha desses descritores definida de acordo com os parâmetros temáticos que se referem a temáticas que são relacionados ao tema da pesquisa, além de ser definido também conforme o parâmetro linguístico, a escolha por trabalhos publicados no idioma português. Diante a modalidade deste artigo, por se tratar de um resumo expandido, optamos pela escolha de seis artigos, uma vez que estão de acordo com os parâmetros temáticos escolhidos para esse trabalho (Lima; Miotto, 2007; Marconi; Lakatos, 2003).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vieira-Pinto (2005) aponta que o conceito de tecnologia possui diversos aspectos, por isso cabe identificar qual sentido está sendo atribuído a determinado contexto. Segundo o autor, o conceito de tecnologia pode ser dividido a partir de quatro significações importantes; a partir do significado etimológico pode-se compreender que tecnologia se refere à ciência, ao estudo da técnica, sendo o modo de estudar as formas de se produzir algo. Em uma segunda perspectiva, tecnologia diz respeito à técnica. A terceira significação abarca o conceito de tecnologia enquanto “[...] conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento” (2005, p. 220). E por último, compreende-se o termo tecnologia como a ideologia da técnica, entende-se assim que a ciência da técnica se refere a tecnologia.

Lévy (2010) aborda que a tecnologia não se refere a uma entidade autônoma, mas se refere a um ponto de vista que coloca em foco o material e o artificial dos fenômenos da humanidade. Assim, a tecnologia não atua a partir de uma espontaneidade, essa está ligada a todo o resto que compõe o ser humano. Argumento esse que possibilita pensar que não há

neutralidade no conhecimento científico, o que também não se encontraria na tecnologia, essa é sempre constituída a partir de algum viés. Complementando a ideia o autor ainda afirma que a constituição das técnicas possui suas bases em projetos sociais, utopias, interesses políticos etc. Dessa forma, não há como separar o sujeito do seu ambiente material, visto que é por meio dos signos e imagens que vai se atribuindo sentidos e significados ao mundo. O que dialoga com a preposição de Arruda (2016) quando esse afirma que as tecnologias de um modo geral espelham sobre os objetivos que foram criados, além de também se constituir devido a busca pelo desconhecido, resultando na produção de novas técnicas e novos saberes.

Ainda sobre a discussão do conceito de tecnologia Arruda (2016) pontua que essa pode ser tida como a capacidade para a construção do mundo, o que fornece possibilidades para que o sujeito se apodere de recursos, sejam os naturais, criados ou humanos. Dessa forma, compreende-se que a tecnologia está imbricada com o sujeito e sua relação com seu projeto de mundo, ou seja, a tecnologia transforma e é transformada pelos sujeitos e suas relações. A tecnologia, então, pode ser os artefatos constituídos pelos sujeitos quanto os seus processos e organizações criadas por esses. Também há as tecnologias de informação e comunicação cujo enfoque pode ser a construção e transmissão de informações, a criação de mediadores de interação entre as máquinas e os homens, bem como a constituição de sistemas de automação de processos de produção, transmissão e meios de comunicação.

Benakouche (1999) afirma que responsabilizar os efeitos negativos ou positivos da técnica, seria desconsiderar que essa é constituída pelo seu contexto social. O que é interessante ao se considerar que as técnicas são esquematizadas a partir de implicações sociais e culturais diversas. A utilização dessas em determinada época e lugar constituem relações de força distintas entre os sujeitos, como exemplo as máquinas a vapor que foram utilizadas a fim de escravizar os operários de indústrias têxteis do século XIX, já os computadores pessoais promoveram a capacidade de comunicação e ação dos sujeitos nos anos 80 (Lévy, 2010).

A partir dessa breve contextualização sobre o conceito de tecnologia, é possível identificar que esse campo passa a compor e fazer parte do sistema educacional, através da modalidade de ensino e aprendizagem a distância, incorporando a Educação a Distância (EaD). A tecnologia e as possibilidades de ensino remoto na educação passaram a ser regulamentadas e institucionalizadas no sistema educativo brasileiro por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996). O Decreto Nº 9.057/2017 define o ensino a distância como:

Considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (Brasil, p. 1, 2017)

Seguindo essa orientação, a modalidade de ensino a distância deve atender às determinações e princípios que organizam a sua estrutura didática e metodológica, a fim de que sejam garantidos parâmetros de qualidade em seu funcionamento. Logo, a utilização do EaD deve ser acompanhada e avaliada, para que se compreenda os efeitos positivos e negativos da técnica empregada pelo ambiente virtual para promoção do processo educativo. Assim, como postulado por Benakouche (1999), é preciso aprofundar na constituição da técnica empregada para utilização da tecnologia, de modo a analisar quais têm sido os processos que permeiam a educação a distância e como o sujeito em aprendizagem vem sendo impactado por ela.

Quando refletimos sobre as políticas públicas, Saviani (2020) discorre sobre a

complexa relação entre a educação e política, explicitando que a prática educativa é permeada pelas características políticas. Para o autor tem-se a: “[...] a subordinação real da educação à prática política” (Saviani, p.14, 2020), justificando no contexto da sociedade capitalista e de classes a sobreposição de interesses das políticas e suas variações históricas à educação. Com efeito, a prática política e implementação de novos programas educacionais de ensino a distância podem ser influenciadas por perspectivas mercadológicas e de expansão massiva de formação, transformando a objetivação da qualidade para a quantidade, fazendo com que se questione se a priorização do ensino a distância está no aspecto quantitativo em detrimento do qualitativo.

Scudeler, Gouvêa, Pires e Barbosa (2024) em seus estudos sobre o crescimento do ensino a distância no contexto brasileiro, realizando um recorte da expansão da educação superior com uma análise das políticas públicas de incentivo a modalidade de ensino, os autores destacam o cenário de incentivo à institucionalização do EaD como uma política compensatória as demandas de vagas não alcançadas pela educação pública. Assim, inicialmente o discurso das políticas implementa a expansão e democratização da educação superior através do ensino remoto, entretanto os autores postulam a seguinte questão:

Diante do exposto, podemos refletir se o crescimento da oferta e das matrículas de cursos de modalidade de EaD, especialmente a partir da terceira fase, deu-se a partir de uma política pública planejada, direcionada para alargar o acesso à educação superior, ou foi o resultado de uma estratégia comercial das grandes empresas do setor educacional, que tratam como um serviço de baixo custo para atender a demanda de alunos que não conseguem, por diversos fatores, ingressar em cursos presenciais, sejam eles públicos ou privados. (Scudeler; Gouvêa; Pires; Barbosa, p. 1159, 2024)

Tal qual, os referidos autores tratam que as políticas refletem em uma cadeia decisória de alterações, atuações e omissões, onde as a complexa relação das normativas criadas pelo sistema de políticas tem objetivos que nem sempre são observáveis e exposto de maneira clara. Neste segmento, o EaD foi a modalidade de ensino onde o governo possibilitou ações que favoreceram a entrada de empresas educacionais para a ampliação do mesmo, como destacam Scudeler, Gouvêa, Pires e Barbosa (2024). Desta maneira, os autores compreendem que as estratégias políticas deram margem para que: “[...] grupos empresariais da educação superior que, por sua forte influência, tiveram sucesso na construção de marcos normativos que facilitaram o crescimento da EaD, puramente para a captação de alunos com baixo poder aquisitivo” (Scudeler, Gouvêa, Pires e Barbosa, p. 1160, 2024).

Em concomitância, Laval (2004) discorre sobre a interferência das ideias neoliberais na educação, pontuando que:

As reformas liberais na educação são, portanto, duplamente orientadas pelo papel crescente do saber na atividade econômica e pelas restrições impostas pela competição sistemática entre as economias. As reformas que levam mundialmente à descentralização, à padronização de métodos e conteúdos, à “profissionalização” dos docentes são fundamentalmente “Competitivity-centred” (Laval, 2004, p.18)

Sobre essa premissa, as reformas liberais e econômicas configuram em alterações no sistema educacional, cujo processo de profissionalização traz como discurso o caráter de abertura às novas possibilidades de formação tecnicista. A educação como discorrido anteriormente se encontra em um novo campo, da modalidade de ensino a distância, no qual tem apreciação do alcance formativo em quantidade, expansão em números de matriculados, essa lógica se associa a captação e flexibilização da educação recebida pelos educandos. Portanto, a política econômica influencia nos desdobramentos da construção das políticas

educacionais, logo, em uma sociedade capitalista elas buscam atender as demandas que emergem do mercado.

Expandindo a discussão, Bastos *et al.* (2024) expõe sobre a mercantilização através do EaD como: “Essa abordagem pragmática, centrada nos interesses empresariais, levanta preocupações adicionais sobre o comprometimento da qualidade educacional e a sustentabilidade a longo prazo do sistema educacional superior no Brasil” (Bastos *et al.*, p.8, 2024) Constatando a discutível relação entre o mercado e expansão do ensino a distância, Bastos (2024) ainda corrobora com a observação que o elemento quantitativo da modalidade pode se sobrepor a qualidade quando o viés educativo segue as instruções de fundamentos empresariais e liberais.

4. CONCLUSÃO

Diante dessa breve discussão, este trabalho objetivou entender a problematização da temática estudada através de recortes teóricos, analisando na bibliografia como a priorização do ensino a distância está situada, sendo mais próxima do campo quantitativo do ensino ou o qualitativo. Assim como, os documentos de fonte primária do Vieira-Pinto “O conceito de Tecnologia” (2005) e Pierre Lévy “Cibercultura” (2010), apontam que a tecnologia e seus usos são ligadas a ações espontâneas de uso, sem uma metragem para a sua objetificação, podendo variar as intencionalidades, portanto, não é conclusivo os caracteres positivos e negativos da presença da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem. Caberá analisar toda a sua contextualização, considerando sempre que a tecnologia não é neutra, uma vez que sua constituição é fundamentada em interesses. Assim, é importante identificar quais são as irreversibilidades que o seu uso poderia gerar, e dessa forma, decidir o que poderia ser feito. Uma técnica é constituída por meio de uma cultura, e uma sociedade se encontra condicionada pelas suas técnicas (Lévy, 2010).

Ainda, as fontes secundárias enunciam a complexa relação entre as políticas públicas, a expansão do EaD e as lógicas de mercado. Sendo capaz de apresentar que as políticas educacionais regulamentadoras do EaD possibilitaram a abertura e acesso das empresas, levando à questionabilidade da intencionalidade por trás das normativas e ações do Estado. Conclui-se assim, que a política econômica é capaz de alterar as estruturas do sistema educativo, complementando, que deve ser debatido quais são os reais impactos da expansão do EaD e se o seu objetivo tem se baseado verdadeiramente na democratização do ensino de qualidade. Essa compreensão, mesmo que a partir de uma discussão breve, abre uma margem para mais discussões de como a política econômica pode estar gerando irreversibilidades e diversos efeitos na formação do sujeito, até mesmo enquanto cidadão. Abrem-se assim, margens para mais estudos sobre esses possíveis efeitos e como tem sido o impacto na educação da população brasileira.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E. P. Políticas Públicas em EAD no Brasil: marcas da técnica e lacunas educacionais. *Inclusão Social*, v. 10, n. 1, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72453>. Acesso em: 30 jan. 2025.

BENAKOUCHE, T. *Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico*, Cadernos de Pesquisa, n. 17, 1999. Disponível em: http://www.geocities.ws/ecdemoraes/texto_tamara.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 9.057*, de 25 de maio de 2017. Acesso em: 8 fev. 2025.

DE MELLO BASTOS, E. et al. *Políticas Públicas Educacionais no Ensino Superior à Distância: uma Revisão Sistemática de Literatura*. EaD em Foco, v. 14, n. 1, p. e2306-e2306, 2024. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/2306>. Acesso em: 30 jan. 2025.

LAVAL, Christian. *A Escola não é uma empresa. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Ed Planta, 2004.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. Revista katálysis, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

LÉVY, Pierre. As tecnologias têm um impacto? In: _____. *Cibercultura*. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003, p. 86-87.

SAVIANI, D. *Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência*. Roteiro, [S. l.], v. 45, p. 1–18, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.21512. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512>. Acesso em: 8 fev. 2025.

SCUDELER, M. A.; GOUVÊA, A. P.; PIRES, A.; BARBOSA, M. L. de O. *O crescimento da educação a distância: Uma política pública ou estratégia comercial dos grupos empresariais educacionais?*. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 49, n. 2, p. 1150–1167, 2024. DOI: 10.5216/ia.v49i2.79064. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/79064>. Acesso em: 9 fev. 2025.

VIEIRA-PINTO, Á. Capítulo IV: Tecnologia. In: _____. *O conceito de tecnologia*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Volume 1, p. 219 – 355.